



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

CONCURSO PÚBLICO C-318

JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO DA 8ª REGIÃO

Prova escrita objetiva de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional e Comunitário, Direito Civil e Direito Comercial.

2ª ETAPA

INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 (cem) questões e será realizada em duas etapas de 50 (cinquenta) questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 (cinquenta) questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor (0,1).
4. Preencha a folha de respostas somente com caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**.
5. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
6. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
7. A duração de cada etapa é de 4 (quatro) horas.
8. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais, bem como de aparelhos eletrônicos e telefones celulares.
9. O candidato que tornar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.
10. O candidato não poderá, durante a realização da prova, retirar-se do recinto, sem a devida autorização.

10.03.2008.

A COMISSÃO DESEJA-LHE BOA PROVA!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO CONSTITUCIONAL

51 - Acerca dos princípios constitucionais, é incorreto afirmar:

a) O princípio de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, é a norma de garantia prevista no *caput* do artigo 5º da CF. Seu conteúdo material admite a diferenciação entre os desiguais para aplicação da norma jurídica, pois é na busca da isonomia que se faz necessário tratamento diferenciado, em decorrência de situações que exigem tratamento distinto, como forma de realização da igualdade. Assim, é constitucionalmente possível o estabelecimento pontual de critério de promoção diferenciada para homens e mulheres.

b) Como decorrente do princípio constitucional que a todos é assegurado, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, não é possível exigir depósito prévio ou mesmo o arrolamento de bens e direitos como condição de admissibilidade de recurso administrativo.

c) O princípio da publicidade dos atos processuais é garantia do Estado de Direito e deriva do princípio geral da publicidade dos atos do Poder Público, só podendo ser afastado na hipótese de preservação de direito fundamental relativo à intimidade das partes ou ao interesse social.

d) A Constituição fixa a liberdade de consciência e crença, bem como que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política. Assim é garantida a plena liberdade de associação.

e) A decisão de Tribunal de Contas que reconhece situação de ilegalidade e nega homologação de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão não está sujeita à observância dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.

52 - A respeito dos instrumentos processuais de garantia aos direitos fundamentais é CORRETO afirmar:

a) É necessária a recusa ou omissão da autoridade administrativa para que a pessoa possa obter a tutela do Poder Judiciário pela via do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

habeas data. Este instrumento tem por função assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados.

b) O acesso às informações perseguidas pelo manejo do *habeas data* apenas pode ser relativizado para proteção dos dados cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, conforme fixado pela Constituição Federal.

c) A atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem admitido o manejo de *habeas corpus* para proteger outros direitos, além da liberdade de locomoção, em consonância com a tradicional doutrina denominada "doutrina brasileira do *habeas corpus*", praticada pelo STF durante a Primeira República, que aceitava o *mandamus* para defesa de direito líquido e certo, não apenas para a liberdade de locomoção.

d) O objetivo do mandado de injunção é suprir a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, no caso em concreto, sendo manejável apenas em face do órgão do Poder Público, responsável pela falta de regulamentação dos direitos e liberdades constitucionais.

e) É possível o uso da Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar a tramitação de Emenda Constitucional que viole disposição de cláusula pétreia da Constituição Federal.

53 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) O mandado de segurança se presta a tutelar direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*. A liquidez e certeza é requisito indispensável para a ação, pelo que a controvérsia de direito impede a concessão do mandado.

b) Os tratados e convenções, ratificados pelo Brasil, que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) Constitui garantia fundamental de preservação do direito à liberdade a impossibilidade de prisão, senão por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, ressalvada unicamente a hipótese de prisão em flagrante delito.

d) Constitui requisito para impetração do mandado de segurança, individual e coletivo, a existência de direito líquido e certo, não amparável por *habeas corpus* ou *habeas data*.

e) A Constituição Federal garante, expressamente, a gratuidade na ação de *habeas corpus* e *habeas data*, sem necessidade da existência de norma regulamentar. Os atos necessários ao exercício da cidadania serão gratuitos, na forma que a lei regulamentar prever.

54 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) O Orçamento Público Anual é apenas uma peça integrante de um sistema, juntamente com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Concebido como previsão de receitas e fixação de despesas, é de execução obrigatória para todos os entes da Administração Pública Direta, em cada esfera da Federação, consoante pacífica jurisprudência do STF.

b) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias. Esta norma não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

c) É possível a emenda no projeto de lei orçamentária, desde que sejam indicados os recursos necessários, sendo apenas aceitos os que decorram de anulação de despesas que incidam sobre dotação para pessoal e seus encargos, dentre outras hipóteses.

d) É permitido ao Presidente da República enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificações nos projetos da Lei Orçamentária Anual, do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Orçamentárias até a votação da matéria no Plenário. Iniciada a votação no Plenário das duas Casas Congressuais, a modificação não mais será possível.

e) A utilização de recursos que remanescerem, em decorrência de emenda que elimine despesa correspondente no projeto de lei orçamentária, poderá ser realizada mediante prévia e específica autorização do Tribunal de Contas da União, que é o órgão a quem compete o controle externo da União, nos termos da Constituição.

55 - Acerca das disposições constitucionais do Poder Judiciário é CORRETO afirmar:

a) Constitui princípio constitucional auto-aplicável a disposição que destina um quinto dos lugares dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios aos membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e aos advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. Esta norma não se aplica ao Supremo Tribunal Federal.

b) É inconstitucional a disposição de Constituição Estadual que preveja a atribuição da competência aos Tribunais de Justiça dos Estados de realizar o controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais perante a Constituição Federal.

c) Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros natos com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos. É possível aos Tribunais Regionais do Trabalho instalar a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos privados, públicos e comunitários.

d) A disciplina constitucional da advocacia pública regula as atividades dos Procuradores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, afirmando-os organizados em carreira, na qual o ingresso



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, tendo por atribuição a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

e) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida única recondução.

56 - A respeito do controle de constitucionalidade, é CORRETO afirmar:

a) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por qualquer juízo ou tribunal. Realizada em tribunal, a competência para julgamento é do plenário ou do órgão especial, para onde deve ser remetido o processo oriundo de órgão fracionário, independentemente de juízo deste, para solução de questão prejudicial à causa principal. Solucionada a questão relativa à inconstitucionalidade, restitui-se o processo ao órgão fracionário para prosseguir no julgamento do feito.

b) A decisão no sentido da inconstitucionalidade de uma norma, realizada pelo STF, em controle difuso ou concentrado, impõe a comunicação da decisão ao Senado Federal, para que este, no uso de sua competência, suspenda o texto considerado inconstitucional.

c) As normas constitucionais, oriundas do Poder Constituinte Originário e Derivado, estão sujeitas a controle de constitucionalidade, devendo ser observado o limite objetivo consubstanciado nas cláusulas pétreas, pertinentes ao respeito à forma federativa de Estado; ao voto direto, secreto, universal e periódico; à separação dos Poderes; e aos direitos e garantias individuais.

d) A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou hipótese de deslocamento de competência para julgamento, onde considera, em seu exato texto, que nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

e) A jurisprudência do STF em controle de constitucionalidade tem permitido modulação dos mecanismos de controle de sorte a afirmar a compatibilidade da norma com a Constituição no tempo presente, porém apontando sua incompatibilidade com a Constituição, caso haja mudança da situação que determinou a compatibilidade.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

57 - A respeito das Convenções da Organização Internacional do Trabalho é CORRETO afirmar:

a) A definição "as piores formas de trabalho infantil", realizada pela Convenção nº 182, abrange o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças, considerando estas as de idade igual ou inferior a 16 anos.

b) Não obstante o disposto na Convenção nº 182 da OIT, a lei ou regulamentos nacionais ou a autoridade competente poderão, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, autorizar emprego ou trabalho a partir da idade de dezesseis anos, desde que estejam plenamente protegidas a saúde, a segurança e a moral dos jovens envolvidos e lhes seja proporcionada instrução ou formação adequada e específica no setor da atividade pertinente, conforme os termos da Convenção nº 138 da OIT.

c) Das 183 Convenções da OIT aprovadas até junho de 2001, as deliberações da estrutura tripartite da OIT designaram oito como fundamentais, as quais integram a Declaração de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT (1998). Estas convenções devem ser ratificadas e aplicadas por todos os Estados Membros da OIT. São estas: nº 29 - Trabalho forçado (1930); nº 87 - Liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização (1948); nº 98 - Direito de sindicalização e de negociação coletiva (1949); nº 100 - Igualdade de remuneração (1951); nº 105 - Abolição do trabalho forçado (1957); nº 111 - Discriminação (emprego e ocupação) (1958); nº 138 - Idade Mínima (1973) e nº 182 - Piores Formas de Trabalho Infantil (1999).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) São consideradas como medidas discriminatórias à luz do regulado pela Convenção nº 111, medidas que afetam uma pessoa que justificadamente é suspeita de estar envolvida em atividades prejudiciais à segurança do Estado ou que tenha sido estabelecido que, de fato, dedica-se a esta atividade.

e) A Convenção nº 171 que dispõe sobre o trabalho noturno, assim o considera aquele realizado por, pelo menos, um período de oito horas e que abranja o intervalo entre a meia-noite às cinco horas da manhã, conforme deliberado pela autoridade competente, mediante consulta aos órgãos de representação de trabalhadores e empregadores ou por meio de instrumentos de negociação coletiva.

58 - À luz do que dispõe a Convenção 111 da OIT, é INCORRETO afirmar:

a) Para os fins da Convenção, o termo "discriminação", dentre outras nuanças, compreende toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão. Porém, as distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação.

b) Não são consideradas como discriminação as medidas especiais de proteção ou de assistência providas em outras convenções ou recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho.

c) Todo país para o qual a Convenção se encontre em vigor se compromete a formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão, com o objetivo de reduzir a discriminação nessa matéria.

d) Para os fins da Convenção, as palavras "emprego" e "profissão" incluem o acesso à formação profissional, acesso a emprego e a profissões, e termos e condições de emprego.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) Todo país para o qual a Convenção se encontre em vigor se compromete, por meios adequados às condições e à prática nacionais, dentre outros pontos, a pôr sob o controle direto de uma autoridade nacional a execução da política referente a emprego tratada na Convenção; assegurar a observância dessa política nas atividades de orientação profissional, de formação profissional e de oferta de empregos; indicar, em seus relatórios anuais sobre a aplicação da Convenção, as medidas adotadas na execução da política e os resultados por elas alcançados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

59 - Sobre improbidade administrativa assinale a alternativa CORRETA:

a) Na hipótese de atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, está o responsável sujeito, também, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, e proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio da pessoa jurídica da qual seja sócio, ainda que minoritário, pelo prazo de dez anos.

b) Na hipótese de atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, está o responsável sujeito, também, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, e proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio da pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de dez anos.

c) Na hipótese de atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública, está o responsável sujeito, também, à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) Na hipótese de atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito, está o responsável sujeito, também, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, e proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio da pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de dez anos.

e) Na hipótese de atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública, está o responsável sujeito, também, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, e proibição de contratar com o Poder Público, ainda que por intermédio da pessoa jurídica da qual seja sócio, ainda que minoritário, pelo prazo de dez anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

60 - Sobre intervenção de terceiros e assistência assinalada a alternativa CORRETA:

a) Na oposição, os opostos são citados na pessoa de seus advogados. O prazo para contestação é de quinze dias; uma vez oferecida, seguirá o procedimento ordinário, apensada aos autos principais, salvo se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, pois contra o outro prosseguirá a oposição, processada nos próprios autos, realizando-se nova audiência, caso já iniciada a instrução.

b) A nomeação à autoria deverá ser requerida pelo réu no prazo de quinze dias para contestação, e o juiz mandará ouvir o autor no prazo de dez dias, certo que quando o autor recusar o nomeado, ou quando este negar a qualidade que lhe é atribuída, assinar-se-á ao nomeante novo prazo para contestar.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) Na denunciação da lide feita pelo réu, se o denunciado a aceitar e não contestar o pedido, o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, o denunciante e o denunciado, este assumindo a posição de assistente litisconsorcial.

d) O requerimento para chamamento ao processo não provoca a suspensão de seu curso; uma vez citado o chamado, o juiz declarará, na mesma sentença, as responsabilidades dos obrigados, condenando os devedores, valendo a sentença como título executivo em favor de quem satisfizer a dívida, para exigi-la, por inteiro, do devedor principal, ou de cada um dos co-devedores a sua cota, na proporção do que lhes tocar.

e) A assistência tem lugar em qualquer tipo de procedimento e em todos os graus de jurisdição. No processo de conhecimento, considera-se litisconsorte da parte principal o assistente toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido, hipótese em que transitada em julgado a sentença na causa em que interveio como assistente, este não poderá, em processo posterior, discutir a justiça da decisão, salvo se alegar e provar que desconhecia a existência de alegações ou de provas, de que o assistido, por dolo ou culpa, não se valeu. Se qualquer das partes alegar que falece ao assistido interesse jurídico para intervir, o juiz determinará o desentranhamento da petição e da impugnação, para que sejam autuadas em apenso e autorizará a produção de provas.

61 - Sobre recursos assinale a alternativa CORRETA:

a) Tem efeito somente devolutivo a apelação interposta da sentença que homologa a discriminação.

b) Cabem embargos infringentes quando o acórdão, não unânime, julgar apelação, ou, ainda, quando houver julgado procedente ação rescisória.

c) No recurso extraordinário, se a Turma decidir pela existência da repercussão geral por, no mínimo, quatro votos, ficará dispensada a remessa do recurso ao Plenário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, na análise da repercussão geral, caberá ao Supremo Tribunal Federal selecionar um ou mais recursos mais representativos daqueles enviados pelo tribunal de origem, sobrestando-se os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

e) O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do próprio tribunal, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

62 - Sobre o processo de conhecimento, assinale a alternativa CORRETA:

a) É concorrente a competência da autoridade judiciária brasileira para conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

b) A competência em razão do valor dos Juizados Especiais Federais é relativa.

c) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da sentença anteriormente prolatada. O juiz somente poderá reproduzir a sentença se tiver sido o prolator da sentença proferida nos outros casos idênticos.

d) A confissão é incindível. A confissão extrajudicial feita a quem represente a parte e a contida em testamento, será livremente apreciada pelo juiz.

e) O juiz poderá converter o procedimento sumário em ordinário ao decidir de plano a controvérsia sobre a natureza da demanda, certo que nesse procedimento, sendo ré a Fazenda Pública, os prazos contar-se-ão em dobro.

63 - Sobre despesas processuais assinale a alternativa CORRETA:

a) Nos procedimentos de jurisdição voluntária as despesas serão adiantadas por todos os interessados, solidariamente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

- b) Nos juízos divisórios litigiosos os interessados pagarão as despesas proporcionalmente a seus quinhões.
- c) Se o assistido ficar vencido, o assistente será condenado solidariamente nas custas do processo.
- d) As sanções impostas às partes em consequência de litigância de má-fé serão contadas como custas.
- e) Quando determinada de ofício pelo juiz, a remuneração do perito será paga em partes iguais pelas partes do processo.

64 - Sobre responsabilidade patrimonial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ficam sujeitos à execução os bens do cônjuge, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação respondem pela dívida.
- b) O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse da coisa pertencente ao devedor, poderá promover a execução sobre outros bens, sem benefício de ordem ou de excussão.
- c) O sócio demandado que pagar a dívida da sociedade, e por ela responder com seus bens particulares, deverá discutir a questão em processo próprio. O fiador, que pagar a dívida, poderá executar o afiançado nos autos do mesmo processo.
- d) O espólio responde pelas dívidas do falecido; mas, feita a partilha, os herdeiros respondem solidariamente até o limite das forças totais da herança, cobrando entre si, pelo que houver pago, na proporção de seus quinhões.
- e) Considera-se em fraude à execução a oneração de bens quando sobre eles pender ação fundada em direito pessoal.

65 - Quanto à disciplina legal da inspeção judicial, é INCORRETO afirmar:

- a) O juiz, de ofício ou a requerimento da parte, pode, em qualquer fase do processo, inspecionar pessoas ou coisas no desiderato de obter



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

esclarecimento sobre fato que interesse à decisão da causa, sendo dever da parte se submeter à inspeção judicial que se reputar por necessária.

b) As partes têm sempre o direito de assistir à inspeção judicial, inclusive de prestar esclarecimentos e fazer observações que entendam como de interesse para a causa.

c) Poderá o juiz ir ao local onde se encontre a coisa quando esta não puder ser apresentada em juízo sem despesas consideráveis ou dificuldades graves. O juiz também poderá fazer inspeção judicial mesmo na hipótese em que seu intuito se resume tão-somente a alcançar uma melhor interpretação de determinado fato.

d) É possível, na inspeção judicial, a presença de peritos assistindo ao juiz. Uma vez concluído o ato inspeccional, o juiz mandará lavrar auto circunstanciado e nele detalhará tudo quanto fora realizado na diligência.

e) O auto poderá ser instruído com desenho, gráfico e até mesmo fotografia.

66 - Quanto à disciplina legal da adjudicação, é INCORRETO afirmar:

a) É lícito ao exequente, oferecendo preço não inferior ao da avaliação, requerer a adjudicação dos bens penhorados, mas se o valor dos bens suplantar o do crédito exequendo, o adjudicante depositará a diferença imediatamente, quantia essa que ficará disponível ao executado. Mas, se o valor do crédito exceder ao dos bens, a execução seguirá seu curso com relação ao numerário faltante.

b) A adjudicação também poderá ser requerida pelos credores concorrentes que hajam penhorado o mesmo bem, pelo cônjuge, pelo credor com garantia real, bem como pelos ascendentes ou descendentes do executado. Na hipótese de haver mais de um pretendente, proceder-se-á entre eles à licitação, onde concorrerão com preferência o cônjuge, descendente ou ascendente, nessa ordem.

c) No caso da constrição judicial ter recaído sobre quota, procedida por exequente alheio à sociedade, esta será intimada, assegurando-se preferência aos sócios.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) A adjudicação considera-se perfeita e acabada com a lavratura e assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicante, pelo escrivão e, se for presente, pelo executado. Em seguida, cuidando-se de bem móvel, confeccionar-se-á o competente mandado de entrega ao adjudicante. Caso se trate de bem imóvel, expedir-se-á a respectiva carta.

e) A carta de adjudicação conterá a descrição do imóvel, com menção a sua matrícula e registros, a cópia do auto de adjudicação e a prova de quitação do imposto de transmissão.

67 - Acerca de partes, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e legitimação extraordinária, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As associações de titulares de direitos de autor, com o ato de filiação, tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, salvo para sua cobrança. Essas associações atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes, como substitutos processuais dos titulares a ele vinculados, autorizados por lei.

b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente.

c) O procedimento judicial da separação judicial caberá somente aos cônjuges, e, no caso de incapacidade, serão representados por curador, ascendente ou irmão.

d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

68 - Sobre títulos executivos extrajudiciais, assinale a alternativa INCORRETA:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

a) É definitiva a execução fundada em título executivo extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.

b) São títulos executivos extrajudiciais: os honorários do árbitro, ou dos árbitros, no compromisso arbitral; o crédito decorrente de foro e laudêmio; as decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa.

c) São títulos executivos extrajudiciais: as transações relativas a alimentos devidos ao idoso, celebradas perante o promotor de justiça; o termo de compromisso de cessação de prática antitruste, bem como as decisões do plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, cominando multa ou impondo obrigação de fazer ou não fazer.

d) São títulos executivos extrajudiciais: os contratos de anticrese e caução; o termo de conciliação derivado de acordo celebrado perante comissão de conciliação prévia; o contrato escrito de honorários de advogado; e o termo de ajustamento de conduta tomado por órgão público.

e) São títulos executivos extrajudiciais: o boletim de subscrição e o aviso de chamada, previstos na Lei de Sociedades Anônimas, bem assim o termo de compromisso referente à subscrição de ações preferenciais.

69 - Sobre penhora, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A penhora de crédito representado por letra de câmbio far-se-á pela apreensão do documento, esteja ou não em poder do devedor. Se o título não for apreendido, mas o terceiro confessar a dívida, será havido como depositário da importância. O terceiro só se exonerará da obrigação, depositando em juízo a importância da dívida; se o terceiro negar o débito em conluio com o devedor, a quitação, que este lhe der, considerar-se-á em fraude de execução.

b) Feita a penhora em direito e ação do devedor, e não tendo este oferecido embargos, ou sendo estes rejeitados, o credor fica subrogado nos direitos do devedor até a concorrência do seu crédito. A sub



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

rogação não impede ao subrogado, se não receber o crédito do devedor, de prosseguir na execução, nos mesmos autos, penhorando outros bens.

c) A penhora de empresa, que funcione mediante autorização, far-se-á conforme o valor do crédito sobre a renda, sobre determinados bens, ou sobre todo o patrimônio, nomeando o juiz como depositário, de preferência, um de seus diretores. Por outro lado, a penhora sobre aeronave não obsta a que continue operando até a alienação; mas o juiz, ao conceder a autorização para operar, não permitirá que saia do aeroporto antes que o devedor faça o seguro usual contra riscos.

d) As pedras e os metais preciosos, bem como os papéis de crédito, serão preferencialmente depositados na Caixa Econômica Federal, impondo-se que apenas as jóias sejam depositadas com registro do valor estimado de resgate.

e) Na penhora de percentual do faturamento da empresa executada, será nomeado depositário, com a atribuição de submeter à aprovação judicial a forma de efetivação da constrição, bem como de prestar contas mensalmente, entregando ao exequente as quantias recebidas a fim de serem imputadas no pagamento da dívida.

DIREITO CIVIL

70 - Assinale a alternativa CORRETA, considerando as disposições do Código Civil:

a) A lei civil possui dispositivo onde prevê a responsabilidade objetiva do Estado. Pelos seus termos, as pessoas jurídicas de direito público interno e as privadas prestadoras de serviço público são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

b) Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal; II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos. Tendo a pessoa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para todos os efeitos legais.

c) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver fundeado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

d) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, deverá ser demandado no Distrito Federal.

e) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

71 - Assinale a alternativa INCORRETA, considerando as normas do Código Civil:

a) Tratando-se de responsabilidade por ato jurídico anulado pelo vício do dolo, a responsabilidade do representado será limitada ao proveito que teve, se for representação legal; se a representação for convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

b) A verificação da existência de coação, para viciar a declaração da vontade, envolve elementos de natureza subjetiva, que digam respeito à pessoa coagida. Porém é certo que não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

c) É de quatro anos o prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, no caso de coação, erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

d) A anulabilidade por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

e) Tratando-se de negócio jurídico nulo, as nulidades podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir. Independentemente de requerimento das partes, será pronunciada pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

72 - Considerando as disposições do Código Civil, referente às obrigações, é CORRETO afirmar:

a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente. Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.

b) Tratando-se de obrigação de dar coisa incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação. Realizada a escolha, o negócio jurídico rege-se pelas normas pertinentes às obrigações de dar coisa certa.

c) Na obrigação de fazer, incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exeqüível. Em caso de urgência e tratando-se de obrigação fungível, pode o credor, mercê de autorização judicial, executar ou mandar executar o fato, sendo depois ressarcido.

d) Havendo mais de um devedor ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores. Se, havendo dois ou mais devedores, a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela dívida toda, porém o devedor, que paga a dívida, sub-roga-se no direito do credor em relação aos outros coobrigados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) O adquirente de imóvel hipotecado pode tomar a seu cargo o pagamento do crédito garantido; se o credor, notificado, não impugnar em sessenta dias a transferência do débito, entender-se-á dado o assentimento.

73 - Assinale a alternativa CORRETA:

a) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se por confusão, até onde se compensarem.

b) Ocorre a novação: I - quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior; II - quando novo devedor sucede ao antigo, ficando este quite com o credor ou, III - quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.

c) A devolução voluntária do objeto empenhado, quando por escrito particular ou por tradição, prova desoneração do devedor e seus co-obrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.

d) A regra geral é que o devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, mesmo que essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior. A única hipótese a afastar a responsabilidade do devedor é este comprovar que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada.

e) Tratando-se de vício redibitório, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de trinta dias se a coisa for móvel; é de seis meses se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

74 - Com relação ao negócio jurídico é CORRETO afirmar, exceto:

a) Sobrevindo a condição resolutiva, extingue-se, para todos os efeitos, o direito a que ela se opõe; mas, se aposta a um negócio de execução continuada ou periódica, a sua realização, salvo disposição



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

em contrário, tem eficácia quanto aos atos já praticados, desde que compatíveis com a natureza da condição pendente e conforme aos ditames de boa-fé.

b) De regra a manifestação de vontade subsiste, salvo nos casos que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, com pleno conhecimento do destinatário.

c) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

d) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, sendo de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear essa anulação.

e) Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo, são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

75 - Sobre os benefícios da Previdência Social é INCORRETO afirmar:

a) O critério etário para obter direito ao benefício da aposentadoria por idade é de: para os trabalhadores urbanos do sexo masculino aos 65 anos e do sexo feminino aos 60 anos de idade. Os trabalhadores rurais podem pedir aposentadoria por idade com cinco anos a menos: aos 60 anos, homens, e aos 55 anos, mulheres.

b) A aposentadoria por invalidez é benefício concedido aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da Previdência Social incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento. Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à Previdência Social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar do agravamento da enfermidade. Quem recebe aposentadoria por invalidez terá seu benefício revisto de dois em dois anos. A aposentadoria deixa de ser paga quando o segurado recupera a capacidade e volta ao trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) Em regra geral, o acidente de trabalho ocorre durante a prestação de serviço para um empregador, porém, em determinadas situações, é possível configurar a existência do acidente de trabalho sem relação de emprego. Este é o caso, por exemplo, do meeiro que sofre, durante seu trabalho, ação de desabamento, causando-lhe redução temporária da capacidade de trabalho.

d) Equiparam-se ao acidente do trabalho, para efeitos da lei previdenciária: I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação; II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho.

e) Independe de carência a concessão de salário-maternidade para mulher de segurado especial meeiro, parceiro ou arrendatário rural, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

76 - Sobre o benefício previdenciário é INCORRETO afirmar:

a) O auxílio-doença é benefício concedido ao segurado incapacitado de trabalhar por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso dos trabalhadores com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador, e a Previdência Social paga a partir do 16º dia de afastamento do trabalho. No caso do contribuinte individual (empresário, profissionais liberais, trabalhadores por conta própria, dentre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente.

b) Para ter direito ao benefício de auxílio-doença, o trabalhador tem de contribuir para a Previdência Social por, no mínimo, 12 meses. Esse prazo não será exigido em caso de acidente de qualquer natureza. Para concessão de auxílio-doença é necessária a comprovação da incapacidade em exame realizado pela perícia médica da Previdência Social.

c) O auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 91% (noventa e um por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

cento) do salário-de-benefício, garantida percepção de valor não inferior a um salário mínimo, em qualquer caso.

d) A renda mensal decorrente da percepção de aposentadoria por invalidez não será inferior a um salário mínimo e nem poderá exceder o salário-de-contribuição, devendo ser periodicamente reajustado.

e) De modo geral, o valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

77 - Com relação ao Seguro Desemprego, que tem por escopo prestar assistência financeira temporária ao trabalhador, é INCORRETO afirmar que:

a) É devido ao empregado despedido sem justa causa que após dois anos desempregado, obteve novo emprego onde permaneceu nos últimos 6 (seis) meses consecutivos.

b) É devido ao empregado em razão do término do contrato por justa causa cometida pelo empregador.

c) É devido ao empregado despedido sem justa causa que nos últimos 3 (três) anos trabalhou no mínimo 6 (seis) meses.

d) É indevido ao empregado despedido sem justa causa que tenha recebido regularmente o benefício solicitado anteriormente dentro de período inferior a 12 (doze) meses consecutivos.

e) É devido ao empregado despedido sem justa causa após 6 (seis) meses consecutivos do retorno ao emprego do qual pediu licença sem vencimento em razão de cessação de incompatibilidade de horário com outro emprego que mantém há (3) anos.

78 - Não faz jus à habilitação e percepção do seguro desemprego os trabalhadores abaixo relacionados, exceto:

a) Funcionário público e estagiário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) Empregado doméstico, dispensado sem justa causa, a partir de maio de 2001, que comprove: ter trabalhado nesta condição pelos 12 meses nos últimos 24 meses e estar como Contribuinte Individual da Previdência Social, possuindo, no mínimo, 12 contribuições ao INSS.

c) Menor aprendiz, dispensado sem justa causa, que comprove não estar recebendo nenhum benefício da Previdência Social como aposentadoria e auxílio-doença e ter cumprido período de carência de 6 (seis) meses.

d) Pescador artesanal que comprove ter, nesta qualidade, registro como pescador profissional na Delegacia da Agricultura, há no mínimo 3 anos.

e) O autônomo que comprovar possuir inscrição no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como segurado especial e, ainda, não estar em gozo de nenhum benefício de prestação continuada da Previdência Social, ou da Assistência Social exceto auxílio-acidente e pensão por morte.

DIREITO COMERCIAL

79 - Nos termos do Código de Defesa do Consumidor é CORRETO afirmar:

a) São direitos do consumidor: I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; II - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; III - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços. O Código de Defesa do Consumidor também considera aplicáveis os direitos decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

b) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem subsidiariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

c) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha o abatimento proporcional do preço; complementação do peso ou medida; a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos ou ainda substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, no caso de impossibilidade de substituição do bem.

d) Tratando-se de fornecedor é lícito afirmar que sua ignorância sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade, sendo impossível a sua exoneração contratual da garantia legal. No que concerne ao fornecedor de bens, aplica-se a mesma regra, porém é possível a estipulação contratual de sorte a atenuar a obrigação de indenizar, sendo diretamente responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador.

e) É expressamente autorizada pelo Código de Defesa do Consumidor a desconsideração, pelo Juiz, da personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. Todavia, não é necessariamente fator a ensejar a desconsideração a mera existência de obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO DO TRABALHO

80 - À luz da jurisprudência consolidada pelo TST, é INCORRETO afirmar:

a) A reclassificação da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional, à vista do princípio da irredutibilidade salarial. Além disso, os percentuais fixados em lei relativos ao salário *in natura* apenas se referem às hipóteses em que o empregado percebe salário mínimo, apurando-se, nas demais, o real valor da utilidade.

b) A Constituição da República assegura o direito de livre associação e sindicalização. Mas exsurge como ofensiva a essa modalidade de liberdade a cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para fortalecimento sindical, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, por certo que se torna passível de devolução todo o numerário irregularmente descontado.

c) Comunicado ao empregado o período do gozo de férias individuais ou coletivas, o empregador somente poderá cancelar ou modificar o início previsto se ocorrer necessidade imperiosa e, ainda assim, mediante o ressarcimento, ao empregado, dos prejuízos financeiros por este devidamente comprovados.

d) Presentes os requisitos fático-jurídicos previsto em lei, é legítimo o reconhecimento de elo empregatício entre policial militar e empresa privada, sem embargo, é claro, do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar. É certo, também, por outro lado, que a verificação, mediante perícia, de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, é circunstância que nenhum prejuízo acarreta quanto ao pedido de adicional de insalubridade.

e) O artigo celetista que limita a sete o número de dirigentes sindicais foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, sendo certo que o empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente. Ademais, havendo extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, não há razão para subsistir a estabilidade, valendo afirmar, também, que o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, não lhe assegura a estabilidade.

81 - À luz da jurisprudência consolidada pelo TST, é INCORRETO afirmar:

a) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de cinco anos que precedeu o ajuizamento. Em se tratando de pedido de reenquadramento, a prescrição é total, contada da data do enquadramento do empregado.

b) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno, é computável na jornada de trabalho. A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*, sendo importante mencionar, entretanto, que a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento de horas *in itinere*. Por fim, considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

c) A contratação do serviço suplementar, quando da admissão do trabalhador bancário, é nula. Os valores assim ajustados apenas remuneram a jornada normal, sendo devidas as horas extras com o adicional de, no mínimo, cinquenta por cento, as quais não configuram pré-contratação, se pactuadas após a admissão do bancário. Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.

d) O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, não afasta o direito à percepção das horas *in*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

itinere. Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas se limitam ao trecho não alcançado pelo transporte público.

e) É bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico, inclusive quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias pertencentes ao mesmo grupo econômico. Outrossim, o cálculo do valor das horas extras habituais, para efeito de reflexos em verbas trabalhistas, observará o número de horas efetivamente prestadas e a ele se aplica o valor do salário-hora da época do pagamento daquelas verbas.

82 - Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O contrato de emprego decorre de uma relação jurídica *intuitu personae*, onde o empregado, sempre pessoa física, se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação - que pode ser parte em dinheiro e parte *in natura*, a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa física ou jurídica, denominada empregador. Para o empregado, em regra geral, o requisito da pessoalidade torna o contrato infungível e autoriza a declaração de seu encerramento caso este se faça substituir por outra pessoa na prestação do serviço. A subordinação, por sua vez, é enfocada pela ordem jurídica sob um prisma estritamente objetivo de forma a não gerar estado de sujeição pessoal e determina ao empregado a obrigação de acolher a direção do empregador sobre o modo de realização da prestação do serviço pactuado, por ser inteiramente deste o risco do empreendimento.

b) No Brasil, o direito, de origem romanística, tem a legislação como fonte formal por excelência. Tal como ocorre no direito comum, ocupa a posição de primazia como fonte do direito do trabalho, a Lei no sentido amplo que reúne a Constituição Federal e a legislação a ela subordinada.

c) A proteção dos direitos decorrentes da relação empregatícia é de interesse público e social, visto que é condição para se estabelecer o respeito à dignidade da pessoa humana, a garantia do valor social do trabalho e o desenvolvimento nacional. Portanto, de regra, são irrenunciáveis os direitos trabalhistas. Por preceito de ordem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

constitucional, é possível a renúncia e transação coletiva dos direitos trabalhistas pelo sindicato a quem compete a defesa dos interesses coletivos ou individuais da categoria. Tal poder consagrado como exceção ao princípio da irrenunciabilidade deve ter sua interpretação de forma restrita. Assim, se de um lado é inadmissível ao sindicato transacionar e renunciar direitos não patrimoniais e não privados do trabalhador, como no caso de renúncia ao descanso intrajornada; de outra banda, é admissível a renúncia à continuidade de normas temporárias ou sua aplicação aos novos contratos de trabalho, ainda que mais benéficas, fixadas em convenção ou acordo coletivo anterior.

d) A hierarquia entre as normas pressupõe, fundamentalmente, um conjunto de regras de relacionamento, coordenação e subordinação entre as mesmas, de forma a que se possa dizer seguramente qual o direito válido no caso concreto. Na seara do Direito do Trabalho aplica-se, primacialmente, a norma individualmente mais favorável ao trabalhador, tornando-se irrelevante sua posição na estrutura escalonada piramidal tradicionalmente conhecida a partir de Hans Kelsen, onde a Constituição ocupa o posto mais alto.

e) A formação de uma relação empregatícia decorre, sem exceção, de uma realidade fática pela qual se desenvolve a atividade contratada. É a prevalência do que se denomina contrato-realidade.

83 - Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A desídia é forma culposa de inexecução contratual e autoriza a dispensa por justa causa do empregado que descumpra com sua obrigação de bem realizar a prestação do serviço, por negligência ou imprudência. O descumprimento doloso da obrigação de bem realizar a prestação contratual, assim como a imperícia, não configuram desídia.

b) O contrato de emprego possui características importantes: é sinalagmático, à base de troca e, neste sentido, dá origem à disciplina de duas obrigações principais: a prestação do trabalho a cargo do empregado e a contraprestação do salário a cargo de empregador; é comutativo ou bilateral, donde se conclui que as partes contraem obrigações contrárias e formalmente equivalentes, auferindo, ambas, vantagens recíprocas; é oneroso, ou seja, a cada parte cabe um



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

elemento de custo e um elemento de ganho de natureza econômica não sendo possível conceber que o empregado dê sua energia através da prestação de serviço de forma gratuita até porque, o salário não representa simplesmente o preço da força de trabalho, ele representa, na maioria das vezes, o único meio de subsistência de um ser humano a quem a sociedade não pode negar o direito a uma existência digna. É legalmente possível ao empregador que integra determinada categoria econômica e se beneficia com a prestação de serviço de empregados pertencentes à categoria diferenciada, recusar-se cumprir as normas coletivas advindas de convenção coletiva instituída em favor destes empregados por sindicato próprio.

c) Será tido como abusivo e nulo ato do empregador que altere o contrato de trabalho, modificando sua função *in pejus*, salvo no caso de empregado acidentado.

d) A dispensa é sempre um ato retratável, cujos efeitos podem ser invalidados pelo empregador se, na condição de parte notificante reconsiderar o ato antes do término do prazo do aviso prévio. Neste caso, é facultado ao empregado aceitar ou não a reconsideração que, uma vez aceita, provocará a continuidade do contrato. É possível, inclusive, pela aplicação do princípio da continuidade da relação de emprego, a reconsideração tácita que se perfaz quando, apesar da notificação da dispensa, o empregado continuar prestando os mesmos serviços após o momento previsto para o normal desligamento.

e) O prazo normal do contrato de emprego a termo é de dois anos. O contrato por prazo determinado é incompatível com o sistema de garantia de emprego, previsto pela consolidação das leis do trabalho.

84 - Marque a alternativa CORRETA:

a) Com o escopo de manter a ordem e a disciplina no ambiente de trabalho, o empregador poderá aplicar punição ao empregado que compreende a advertência, a suspensão e, no caso de prática de ato grave, a dispensa por justa causa. É o *jus variandi* que decorre do poder disciplinar conferido ao empregador. Punição aplicada em desacordo com sua finalidade implica em abuso de poder, caso em que o empregado poderá oferecer *jus resistentiae* oferecendo oposição ao ato por via judicial pleiteando a rescisão indireta do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) Em razão de seu caráter forfetário o salário recebe especial proteção jurídica. É o princípio da intangibilidade salarial um dos postulados fundamentais do Direito do Trabalho. Por este, é vedado ao empregador efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamento, de dispositivo de lei, de contrato coletivo. Mesmo na ocorrência de dano causado ao empregador por ato culposo do empregado, só será lícito dele obter perdas e danos, se houver autorização prévia do empregado neste sentido.

c) A concessão do aviso prévio é uma das formalidades necessárias para o término do contrato de emprego, tanto nos contratos por prazo indeterminado como nos contratos por prazo determinado com cláusula recíproca de rescisão antecipada.

d) Dentre as causas previstas legalmente como justas para autorizar o empregador a despedir o empregado sem direito ao aviso prévio e FGTS mais 40% estão: a incontinência de conduta ou mau procedimento; a violação de segredo da empresa; o abandono de emprego; o ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa e a desídia. A improbidade mesmo genérica, como a mais grave das condutas tipificadas na CLT e com maior repercussão ao contrato de trabalho, sempre autoriza ao empregador rescindir o contrato de trabalho por justo motivo.

e) O aviso prévio concedido pelo empregador é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de seu cumprimento não eximirá o empregador do pagamento dos dias correspondentes, salvo no caso em que o empregado, no curso do período, obtenha novo emprego.

85 - À luz da legislação pertinente ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar é exigido como requisito idade superior a vinte e cinco anos.

b) Constitui atribuição do Conselho Tutelar assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente .



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

d) São impedidos de servir no mesmo Conselho cunhados, durante o cunhadio.

e) Lei municipal disporá quanto a eventual remuneração dos membros do Conselho Tutelar.

86 - À luz da legislação pertinente, assinale a assertiva INCORRETA:

a) As convenções e os acordos coletivos de trabalho poderão instituir contrato de trabalho por prazo determinado, ainda que fora das hipóteses autorizadas pela CLT, em qualquer atividade desenvolvida pela empresa ou estabelecimento, para admissões que representem acréscimo no número de empregados, garantindo-se, por exemplo, as estabilidade provisórias da gestante e do dirigente sindical, ainda que suplente, durante a vigência do contrato por prazo determinado, que não poderá ser rescindido antes do prazo estipulado pelas partes.

b) Nos serviços que exijam trabalho aos domingos será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização. A CLT, expressamente, exclui dessa regra os elencos teatrais.

c) É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene ou moradia. Todavia, poderão ser descontadas as despesas com alimentação e moradia quando essa se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação de serviço e desde que essa possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes.

d) O empregado doméstico terá direito a férias anuais remuneradas de trinta dias com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal, após cada período de doze meses de trabalho, prestado à mesma pessoa ou família, sendo facultada a inclusão do empregado doméstico no FGTS. Além do mais, é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

e) O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa. O seguro-desemprego deverá ser requerido de sete a noventa dias contados da data da dispensa.

87 - À luz da legislação pertinente, assinale a assertiva INCORRETA:

a) O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos, podendo ser prorrogado por mais de uma vez, valendo destacar, ainda, que sua renovação não está sujeita a interstício de seis meses entre os dois contratos. Outrossim, a entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos. Além disso, a entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos.

b) A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salário de atleta profissional em atraso, no todo ou em parte, por período igual ou superior a três meses, terá o contrato de trabalho daquele atleta rescindido, ficando o atleta livre para se transferir para qualquer outra agremiação de mesma modalidade, nacional ou internacional, e exigir a multa rescisória e os haveres devidos. Considera-se como salário, para tanto, o abono de férias, o décimo terceiro salário, as gratificações, os prêmios e demais verbas inclusas no contrato de trabalho. Ademais, a mora contumaz será considerada também pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.

c) É lícito ao atleta profissional recusar competir por entidade de prática desportiva quando seus salários, no todo ou em parte, estiverem atrasados em dois ou mais meses. Por outro lado, são deveres



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

do atleta profissional, em especial: i) participar dos jogos, treinos, estágios e outras sessões preparatórias de competições com a aplicação e dedicação correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas; ii) preservar as condições físicas que lhes permitam participar das competições desportivas, submetendo-se aos exames médicos e tratamentos clínicos necessários à prática desportiva; iii) exercitar a atividade desportiva profissional de acordo com as regras da respectiva modalidade desportiva e as normas que regem a disciplina e a ética desportivas .

d) Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional ou não-profissional depende de sua formal e expressa anuência. A transferência do atleta profissional de uma entidade de prática desportiva para outra do mesmo gênero poderá ser temporária (contrato de empréstimo) e o novo contrato celebrado deverá ser por período igual ou menor que o anterior, ficando o atleta sujeito à cláusula de retorno à entidade de prática desportiva cedente, vigorando no retorno o antigo contrato, quando for o caso, salvo quanto à cláusula de remuneração, que deverá ser renegociada para evitar redução salarial .

e) Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem. Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, será distribuído, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento. Porém, tal não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins, exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.

88 - À luz da legislação pertinente, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Compete ao órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário avulso aplicar, quando couber, normas disciplinares previstas em lei, contrato, convenção ou acordo coletivo de trabalho, inclusive, no caso de transgressão disciplinar, as seguintes penalidades: i) repreensão verbal ou por escrito; ii) suspensão do registro pelo período de dez a trinta dias; iii) cancelamento do registro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) O órgão de gestão de mão-de-obra não responde pelos prejuízos causados pelos trabalhadores portuários avulsos aos tomadores dos seus serviços ou a terceiros. O órgão responde, porém, em caráter subsidiário com os operadores portuários, pela remuneração devida ao trabalhador portuário avulso, bem como pode exigir dos operadores portuários, para atender a requisição de trabalhadores portuários avulsos, prévia garantia dos respectivos pagamentos.

c) São atribuições da mãe social: i) propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados; ii) administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes; iii) dedicar-se, com exclusividade, aos menores e à casa-lar que lhes forem confiados. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

d) À mãe social ficam assegurados os seguintes direitos: anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo; repouso semanal remunerado; apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções; trinta dias de férias anuais remuneradas; benefícios e serviços previdenciários; gratificação de Natal; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

e) São condições para admissão como mãe social: i) idade mínima de vinte e cinco anos; ii) boa sanidade física e mental; iii) curso de primeiro grau, ou equivalente; iv) ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos em lei; v) boa conduta social; vi) aprovação em teste psicológico específico.

89 - À luz da jurisprudência consolidada pelo TST, assinale a assertiva CORRETA:

a) Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido. A fixação do adicional de periculosidade, em percentual inferior ao legal e proporcional ao tempo de exposição ao risco, ainda que pactuada em acordos ou convenções coletivas, é



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ilegal, na medida em que, tratando-se de norma de segurança e saúde do trabalhador, configura matéria de ordem pública, inafanosa à negociação coletiva.

b) Ainda que estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como sobrelabor. Outrossim, a cessação da atividade da empresa, com o pagamento da indenização, simples ou em dobro, não exclui, por si só, o direito do empregado ao aviso prévio.

c) É devida a multa do FGTS sobre os saques corrigidos monetariamente ocorridos na vigência do contrato de trabalho. Por sua vez, o cálculo da multa de 40% do FGTS deverá ser feito com base no saldo da conta vinculada na data do efetivo pagamento das verbas rescisórias, considerada a projeção do aviso prévio indenizado.

d) A projeção do contrato de trabalho para o futuro, pela concessão do aviso prévio indenizado, tem amplos efeitos, inclusive quanto às vantagens econômicas obtidas no período de pré-aviso, ou seja, salários, reflexos e verbas rescisórias. No caso de concessão de auxílio-doença no curso do aviso prévio, todavia, só se concretizam os efeitos da dispensa depois de expirado o benefício previdenciário.

e) Tratando-se de terminais privativos destinados à navegação de cabotagem ou de longo curso, não é obrigatória a requisição de vigia portuário indicado por sindicato. Demais disso, também é certo que, respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e, não, às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.

90 - À vista das hipóteses legais em que a conta de FGTS do trabalhador poderá ser movimentada, assinale a assertiva que contém equívoco:

a) Quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna; quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV; quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

doença grave, nos termos do regulamento; suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

b) Pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que, dentre outros requisitos, o mutuário conte com o mínimo de quatro anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes.

c) Falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento.

d) Extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho por violação da regra constitucional que exige concurso público, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado.

e) Aposentadoria concedida pela Previdência Social; quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta; extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974; quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.

91 - Quanto ao trabalho rural, assinale a alternativa CORRETA:

a) Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação observados os usos e costumes da região, não se computando



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

este intervalo na duração do trabalho, sendo que entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso. Outrossim, nos serviços, caracteristicamente intermitentes, serão computados, como de efetivo exercício os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

b) Considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, na lavoura, e entre as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte, na atividade pecuária. Todo trabalho noturno será acrescido de vinte e cinco por cento sobre a remuneração normal.

c) Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judiciária, só poderão ser descontadas do empregado rural as seguintes parcelas, calculadas sobre o salário mínimo: até o limite de vinte por cento pela ocupação da morada; até o limite de vinte e cinco por cento pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região; adiantamentos em dinheiro. A lei também veda a moradia coletiva de famílias, em qualquer hipótese, estabelecendo ainda que, rescindido ou findo o contrato de trabalho, o empregado poderá permanecer na casa por até sessenta dias.

d) O produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária, sendo que o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo que superar dois meses dentro do período de um ano fica convertido em contrato de trabalho por prazo indeterminado. Esse tipo de contrato não necessita ser anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, mas, se não houver outro registro documental, é obrigatória a existência de contrato escrito com o fim específico de comprovação para a fiscalização trabalhista da situação do trabalhador.

e) Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a dois dias por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

92 - Com relação à reconvenção, no processo trabalhista, é INCORRETO afirmar:

- a) Será oferecida, simultaneamente, com a contestação de forma verbal ou escrita.
- b) O valor da causa não exclui a possibilidade de reconvenção nas causas em que figura a administração pública fundacional no pólo passivo.
- c) A ação de consignação em pagamento não possui caráter dúplice, exigindo a reconvenção para demandar o valor decorrente da insuficiência do depósito efetuado pelo consignante.
- d) Tem como requisito específico a conexão com a ação principal ou algum dos fundamentos da defesa.
- e) Tem autonomia e independência com relação à ação principal e, neste sentido, a desistência desta não obsta o prosseguimento daquela.

93 - Assinale a alternativa INCORRETA com relação aos princípios norteadores do direito processual do trabalho:

- a) oralidade; transcendência e informalidade.
- b) celeridade; eventualidade; jus postulandi.
- c) contraditório; lealdade e boa-fé; dispositivo.
- d) protetor; irrenunciabilidade; primazia da realidade.
- e) inquisitivo; instrumentalidade das formas processuais; duplo grau de jurisdição.

94 - Considerando a posição sumulada do TST, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

proferida na causa, seja de mérito ou não. Pode uma questão processual ser objeto de rescisão desde que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito. É motivo de inépcia da petição inicial em ação rescisória, o pedido explícito de desconstituição de sentença quando substituída por acórdão Regional.

b) Em dissídio individual, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, mesmo na vigência da CF/1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a 60 (sessenta) salários mínimos e quando for proferida em consonância com decisão plenária do Tribunal Superior do Trabalho ou com súmula do Supremo Tribunal Federal.

c) Não existe incompatibilidade do que dispõe o art. 462 do CPC com o processo do trabalho, pelo que se admite a invocação de fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito, superveniente à propositura da ação, aos processos em curso em qualquer instância trabalhista. Constitui julgamento extra petita a decisão do juiz que acolhe o fato superveniente, independentemente da alegação da parte.

d) O cabimento de ação rescisória contra decisão proferida em ação rescisória é estreito e apenas se admite na excepcionalidade. O vício apontado deve nascer na decisão rescindenda, resultante da má aplicação dos mesmos dispositivos de lei, tidos por violados na rescisória anterior.

e) A contagem do quinquídio para apresentação dos originais de recurso interposto por intermédio de fac-símile começa a fluir do dia subsequente ao término do prazo recursal, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.800/1999, e não do dia seguinte à interposição do recurso, se esta se deu antes do termo final do prazo. Aplica-se, na espécie, a regra em que é considerado prorrogado o prazo até o primeiro dia útil, se o termo inicial para a juntada dos originais recair em feriado.

95 - Qual das alternativas abaixo, à luz da legislação pertinente, está equivocada com relação às atribuições do Ministério Público do Trabalho junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

a) Manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

interesse público que justifique a intervenção; propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.

b) Conduzir, promover ou participar da instrução e conciliação em dissídios decorrentes da paralisação de serviços de qualquer natureza, oficiando obrigatoriamente nos processos, manifestando sua concordância ou discordância, em eventuais acordos firmados antes da homologação, resguardado o direito de recorrer em caso de violação à lei e à Constituição Federal; intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.

c) Promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos; recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que officiar como fiscal da lei; pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho; atuar como árbitro, apenas se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

d) Funcionar nas sessões dos Tribunais Trabalhistas, manifestando-se verbalmente sobre a matéria em debate, sempre que entender necessário, sendo-lhe assegurado o direito de vista dos processos em julgamento, podendo solicitar as requisições e diligências que julgar convenientes; promover mandado de injunção, quando a competência for da Justiça do Trabalho.

e) Requerer as diligências que julgar convenientes para o correto andamento dos processos e para a melhor solução das lides trabalhistas; propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, índios e incapazes, desde que decorrentes das relações de trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

96 - À luz da normatização pertinente, assinale a assertiva INCORRETA:

a) Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência. Ademais, é cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em sede de agravo de instrumento.

b) A ação rescisória será admitida na forma do Código de Processo Civil, sujeita ao depósito prévio de vinte por cento do valor da causa, salvo prova de miserabilidade jurídica do autor. O valor da causa da ação rescisória que visa a desconstituir decisão da fase de execução corresponderá ao valor apurado em liquidação de sentença.

c) As ações ajuizadas na Justiça do Trabalho tramitarão pelo rito ordinário ou sumaríssimo, conforme previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, excepcionando-se, apenas, as que, por disciplina legal expressa, estejam sujeitas a rito especial, tais como o Mandado de Segurança, Habeas Corpus, Habeas Data, Ação Rescisória, Ação Cautelar e Ação de Consignação em Pagamento.

d) No âmbito do processo do trabalho, salvo nas lides decorrentes da relação de emprego, é aplicável o princípio da sucumbência recíproca, relativamente às custas. Por outro lado, está desprovido de interesse de agir o autor que demanda em ação individual, singular ou plúrima, quando o direito já foi reconhecido através de decisão normativa.

e) Faculta-se ao juiz, em relação à perícia, exigir depósito prévio dos honorários, ressalvadas as lides decorrentes da relação de emprego.

97 - Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da jurisprudência sumulada do TST:

a) A antecipação da tutela concedida pelo Juiz de primeiro grau na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso. No caso da tutela antecipada ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio. Não se admite o mandado de segurança para atacar tutela antecipatória



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

expressamente prevista como de competência do Juízo, na medida em que a concessão de liminar constitui faculdade do juiz, no uso de seu poder discricionário e de cautela, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

b) O indeferimento de petição inicial de mandado de segurança, pela falta de documento essencial à propositura da ação, não prescinde da abertura de prazo para facultar ao autor a emenda aos termos da petição inicial, regularizando a ação.

c) Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo. Considerando a existência de instrumento de mandato substabelecido, têm-se como inválidos os atos praticados pelo substabelecido, quando inexistirem, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

d) Não se aplica, nas instâncias recursais, as normas dos artigos 13 e 37 do CPC para a juntada de instrumento de mandato por advogado na ocasião da interposição de apelo e regularização da representação processual.

e) O art. 899 da CLT, ao impedir a execução definitiva do título executório, enquanto pendente recurso, alcança tanto as execuções por obrigação de pagar quanto as por obrigação de fazer. Assim, tendo a obrigação de reintegrar caráter definitivo é defesa sua decretação, em sede liminar.

98 - Acerca do processo do trabalho é CORRETO informar:

a) A dicção da CLT atribuiu, expressamente, competência às Varas do Trabalho para julgar as ações entre trabalhadores portuários, sindicatos e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão-de-Obra - OGMO decorrentes da relação de trabalho.

b) A competência para julgamento do Mandado de Segurança nas instâncias ordinárias da Justiça do Trabalho apenas foi reconhecida a partir da edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, que introduziu o artigo 114, IV, onde contém expressamente a previsão de seu julgamento pelos órgãos da Justiça do Trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

c) A CLT estabelece penalidade pecuniária para a pessoa que se recusa a prestar depoimento como testemunha, bem como prevê a imposição de multa para o empregador que se recusa a cumprir decisão da Justiça do Trabalho, relativa à reintegração ou readmissão de empregado. O empregador que dispensar o empregado por ter prestado depoimento como testemunha em processo trabalhista também será apenado com multa prevista na CLT.

d) Compete ao Corregedor, eleito dentre os Ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho: I - Exercer funções de inspeção e correição permanente com relação aos Tribunais Regionais, seus presidentes e Varas do Trabalho; II - Decidir reclamações contra os atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes, quando inexistir recurso específico. Das decisões proferidas pelo Corregedor, nestas hipóteses, caberá o agravo regimental, para o Tribunal Pleno.

e) Conforme dispõe a legislação trabalhista consolidada, os empregados que, coletivamente e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades: a) suspensão do emprego até seis meses, ou dispensa do mesmo; b) perda do cargo de representação profissional em cujo desempenho estiverem; c) suspensão, pelo prazo de dois anos a cinco anos, do direito de serem eleitos para cargo de representação profissional.

99 - Acerca da disposição da CLT sobre o pagamento de custas e emolumentos, é CORRETO afirmar:

a) Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos). No processo de execução, as custas e emolumentos estão sempre à cargo do executado, sendo que o valor das custas em embargos à execução, embargos de terceiro e embargos à arrematação será sempre de R\$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

b) Nos dissídios individuais e coletivos, as partes vencidas responderão solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão, ou pelo juiz do feito. Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

c) No caso de não pagamento das custas cominadas em processo de competência da Justiça do Trabalho, far-se-á execução da respectiva importância, observado idêntico procedimento para execução trabalhista, aplicando-se a norma regente da Execução Fiscal de modo apenas subsidiário.

d) É facultado aos juízes, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, àqueles que perceberem salário igual ou inferior ao dobro do mínimo legal, ou declararem, sob as penas da lei, que não estão em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família. Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá de modo solidário pelo pagamento das custas devidas.

e) São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I - a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; II - o Ministério Público do Trabalho.

100 - Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Apenas excetuada a possibilidade de ação rescisória e da revisão da decisão normativa, é vedado aos órgãos da Justiça do Trabalho conhecer de questões já decididas.

b) Nos específicos termos da CLT, as partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ou advogados. Assim, é possível afirmar que a CLT não proíbe a inquirição das partes pelos seus próprios patronos.

c) Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final. Nos processos de dissídio coletivo, o acompanhamento por advogado é meramente facultativa.

d) O sindicato ou o Ministério Público Estadual poderá ajuizar reclamação trabalhista do menor de 18 anos na Justiça do Trabalho.

e) Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito na Justiça do Trabalho, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.